

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 41**

Para obter empréstimos externos de organismos multilaterais e agências bilaterais de crédito, um proponente mutuário deve apresentar sua proposta à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX). Acerca do documento a ser apresentado para a solicitação desses empréstimos e dos trâmites dessa solicitação, assinale a opção correta.

- A** Cabe ao ministro do Planejamento receber do mutuário a proposta de solicitação do financiamento e decidir se transmite o projeto à COFIEEX ou se o envia diretamente ao órgão financiador externo.
- B** O interessado deve apresentar carta-proposta em que sejam descritos ações e custos previstos para a execução do projeto a ser financiado por recursos externos bem como a parcela da contrapartida a ser fornecida pelo órgão financiador.
- C** O interessado deve apresentar carta-proposta em que sejam descritas ações e receitas a serem auferidas pelo financiador dos recursos externos e a parcela de contrapartida.
- D** O mutuário deve apresentar carta-consulta em que se descrevam ações e custos previstos na execução do projeto a ser financiado por recursos externos e a parcela a contrapartida local.
- E** O financiador, após receber diretamente do mutuário o documento de solicitação do financiamento, deve entregá-lo à COFIEEX.

QUESTÃO 42

A solicitação de empréstimos externos que for encaminhada ao secretário de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento deve ser enviada com o documento oficial de encaminhamento do órgão, que deve ser assinado

- A** pelo presidente da República, no caso de o mutuário ser a União.
- B** pela mesa diretora da casa legislativa, no caso de o proponente ser integrante do Poder Legislativo.
- C** por ministro do Supremo Tribunal Federal, no caso de o proponente ser integrante do Poder Judiciário.
- D** pelo governador do estado, no caso de o mutuário ser empresa estatal estadual.
- E** pelo presidente da empresa estatal estadual proponente.

QUESTÃO 43

Considerando que determinado município seja proponente mutuário de empréstimo externo, assinale a opção correta, no que se refere à fase de abertura do processo no Ministério da Fazenda.

- A** Dada a possibilidade de solicitação do empréstimo ser feita por governador ou prefeito, não há impedimento para que a minuta do contrato de empréstimo enviada pelo credor possa conter cláusula de natureza política.
- B** O município deve informar ao ministro da Fazenda o nome da instituição financeira estadual ou municipal que oferecerá a garantia para a contratação dessa operação de crédito.
- C** A autorização para a concessão de garantia do Tesouro Nacional para a contratação dessa operação de crédito deve ser solicitada ao ministro da Fazenda.
- D** Deve ser apresentada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a resolução da COFIEEX que autoriza a preparação do projeto.
- E** As pendências relacionadas a ressalvas anotadas pela COFIEEX podem ser supridas pela inequívoca intenção de saná-las.

QUESTÃO 44

Na fase da pré-negociação dos projetos de financiamentos externos, após a verificação do cumprimento de exigências decorrentes de eventuais ressalvas registradas na recomendação da COFIEEX e diante do pronunciamento favorável do Ministério da Fazenda à assinatura do ajuste, cabe à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (SEAIN/MP)

- A** agendar reunião para a análise e a discussão das minutas contratuais com a participação de representantes dos órgãos envolvidos no processo, como a STN, para, juntamente com o proponente mutuário, consolidar a posição que subsidiará a delegação brasileira nas negociações com o agente financiador.
- B** definir com o agente financiador a data e o local de realização das reuniões de negociação das minutas contratuais.
- C** exigir do proponente mutuário o parecer jurídico sobre a minuta contratual negociada.
- D** exigir a tradução juramentada do contrato negociado em língua estrangeira, com exceção da língua espanhola, devendo o documento traduzido ser encaminhado à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- E** agendar reunião para a análise e a discussão das minutas contratuais entre o proponente mutuário e o representante do agente financiador.

QUESTÃO 45

Em relação à fase final das negociações para a assinatura do contrato de financiamento externo, assinale a opção correta.

- A** A PGFN, de posse do parecer final do ministro da Fazenda, deve encaminhar o processo à COFIEIX, que deve tomar as medidas necessárias para a assinatura do contrato da operação de crédito externo.
- B** Com vistas a tornar o contrato efetivo, o proponente mutuário deve providenciar a publicação do ajuste no Diário Oficial da União, com as características básicas da operação.
- C** Independentemente do país de origem do agente financiador, a solicitação do registro no Banco Central do Brasil (BACEN) deve ser feita em língua portuguesa, dispensando-se cópia em língua estrangeira, por ser este um órgão oficial do Estado brasileiro.
- D** Entre as providências finais do mutuário para a contratação de crédito externo consta a solicitação ao Ministério das Relações Exteriores para registro da operação de crédito externo.
- E** Assinado pelo ministro da Fazenda o despacho que autoriza a contratação do financiamento, o contrato pode ser firmado pelas partes diretamente envolvidas, devendo, após a assinatura do ajuste, a STN representar a União na qualidade de mutuária ou garantidora da operação.

QUESTÃO 46

De acordo com as disposições do Decreto Federal n.º 3.502/2000, assinale a opção correta no que concerne à reorganização da COFIEIX.

- A** Entre os componentes da COFIEIX incluem-se o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do BACEN.
- B** Por proposta do secretário do Tesouro Nacional, a COFIEIX aprovará limite global consolidado para as operações com financiamento externo.
- C** Compete ao secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante prévia manifestação da COFIEIX, autorizar a preparação de projetos ou programas do setor público com apoio financeiro externo.
- D** Cabe à COFIEIX, órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, identificar, examinar e aprovar os pleitos de apoio externo de natureza financeira para projetos do setor público brasileiro.
- E** Em se tratando de financiamentos externos a entidades do governo federal, as recomendações da COFIEIX condicionam-se ao enquadramento em programas, ações e recursos previstos na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

QUESTÃO 47

A respeito da atuação do Banco Europeu de Investimentos (BEI) como financiador de projetos de investimento e desenvolvimento, assinale a opção correta.

- A** O BEI capta, nos mercados de capitais, grande parte dos recursos que aplica.
- B** A maior parte dos empréstimos do BEI no Brasil tem-se destinado ao financiamento de investimentos no setor público federal.
- C** Na mesma época em que se criou a moeda única da comunidade europeia — o euro —, o BEI foi criado para financiar projetos de desenvolvimento dos países dessa comunidade, justamente para afastar eventuais crises, como a que afeta a Europa atualmente.
- D** Os financiamentos do BEI destinam-se a projetos a serem desenvolvidos nos Estados-membros da União Europeia, não sendo realizados investimentos fora da Europa.
- E** O BEI não trabalha com financiamento de projetos do setor privado.

QUESTÃO 48

No que se refere à atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, assinale a opção correta.

- A** O BID apoia o desenvolvimento socioeconômico da América Latina e do Caribe, principalmente mediante doações a instituições públicas.
- B** O BID, constituído sob a forma de banco de desenvolvimento, com sede em Washington D.C. e várias agências em todos os continentes, é instituição autônoma, formada de modo unitário.
- C** O BID provê empréstimos utilizando capital fornecido por seus países-membros e recursos obtidos nos mercados de capital, mediante emissão de obrigações, e participa de acordos de cofinanciamento com outras organizações multilaterais e privadas.
- D** Uma das principais metas do BID é promover a rentabilidade na aplicação dos seus ativos financeiros.
- E** O BID não trabalha com financiamentos ao setor privado.

QUESTÃO 49

De acordo com a resolução do Senado Federal n.º 48/2007, sujeitam-se à aprovação específica do Senado Federal as operações de crédito externo, de responsabilidade da União, excluído o BACEN, bem como as garantias concedidas pela União a operações de mesma natureza, inclusive aditamento a contrato relativo à operação de crédito externo que preveja elevação dos valores mutuados ou financiados ou redução dos prazos de pagamentos. Com base nessas informações, assinale a opção correta em relação às exigências dessa resolução em pedido de crédito externo.

- A** Essa solicitação independe de pronunciamento da PGFN.
- B** Não é necessária a comprovação de que o programa ou projeto esteja incluído na lei de aprovação do plano plurianual (PPA).
- C** Tratando-se de solicitação de empresas estatais, é suficiente comprovar a inclusão do programa ou projeto no orçamento da empresa, ainda que este não faça parte da lei orçamentária anual (LOA) da União.
- D** Não é necessária autorização legislativa para esse fim.
- E** Deve-se comprovar a inclusão, na LOA, das dotações necessárias ao ingresso dos recursos externos, ao pagamento dos encargos da operação e à contrapartida nacional.

QUESTÃO 50

De acordo com a Resolução do Senado Federal n.º 48/2007, assinale a opção correta no que concerne à autorização de operações de crédito externo.

- A** O limite para as operações de refinanciamento do principal de dívidas anteriores deve estar inserido no limite normal para novas operações.
- B** O montante das garantias concedidas pela União poderá exceder a 50% da receita corrente líquida.
- C** A apuração do montante das garantias concedidas pela União deve ser efetuada no momento de cada solicitação de crédito externo.
- D** Na apuração do limite de endividamento do solicitante, devem ser computadas as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias.
- E** Os contratos de empréstimos externos poderão conter cláusula para facilitar a compensação automática de débitos e créditos das operações anteriores entre proponente e financiador.

QUESTÃO 51

A solicitação de abertura de contas especiais em moeda estrangeira previstas em acordos de empréstimos ou contribuições financeiras não reembolsáveis firmados pela União Federal junto a organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras

- A** deve ser acompanhada de toda a documentação exigida pelo organismo multilateral captador de recursos.
- B** deve ser previamente registrada no cadastro de ativos do órgão central de administração financeira.
- C** deve ser realizada pela Coordenação Geral de Programação Financeira da STN, após requisição dos órgãos setoriais do sistema de administração financeira.
- D** deve ser acompanhada de cronograma estimativo de devolução dos recursos externos.
- E** deve ser realizada pelo BACEN, gestor da conta única do Tesouro Nacional.

QUESTÃO 52

O registro de ingresso de recursos oriundos de acordos de empréstimos ou contribuições financeiras não reembolsáveis firmados pela União junto a organismos multilaterais, deve ser realizado no

- A** SIAFI, à conta do órgão central do sistema de administração financeira do governo federal.
- B** SIAFI, à conta da unidade gestora do sistema de administração financeira do governo federal.
- C** SIDOR, à conta do órgão central do sistema de administração orçamentária do governo estadual.
- D** SIAFEM, à conta do órgão setorial do sistema de administração financeira do governo estadual.
- E** SIAFI, à conta do órgão setorial do sistema de administração de pessoal do governo federal.

QUESTÃO 53

Os desembolsos em contas especiais devem ser realizados

- A** pela coordenação geral de programação financeira da STN, com utilização da conta única do Tesouro Nacional.
- B** por órgãos setoriais, com utilização de conta empréstimo.
- C** por unidades gestoras, com utilização da conta única do Tesouro Nacional.
- D** levando-se em conta as características gerais contidas nos respectivos acordos informais do projeto.
- E** por unidades gestoras, com utilização direta de contas especiais.

QUESTÃO 54

De acordo com a Instrução Normativa STN/MF n.º 06/2004, a irregularidade constatada pela STN em determinado projeto deve ser

- A** reportada à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União.
- B** comunicada à unidade gestora, que terá prazo de cinco dias para sanar a pendência.
- C** informada ao Ministério Público Federal, que deve avaliar a abertura de procedimento administrativo inquisitório.
- D** reportada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, que deve apurar a irregularidade com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- E** desprezada, uma vez que não é competência desse órgão realizar apurações dessa natureza.

QUESTÃO 55

Os organismos internacionais que administram recursos públicos da União, sob a forma de acordo de cooperação técnica, possuem um conjunto de obrigações e responsabilidades legais. De acordo com a legislação vigente, esses organismos

- A** não estão sujeitos à prestação de contas dos recursos recebidos por acordo, devendo enviar à Secretaria Federal de Controle relatório consolidado de todos os projetos sob sua administração, ao final de cada biênio.
- B** devem disponibilizar à Secretaria Federal de Controle, ao órgão central do sistema de administração financeira e à unidade gestora responsável um mecanismo de consulta aos saldos e movimentação dos recursos relativos a cada acordo, para fins de conciliação bancária.
- C** são obrigados a apresentar demonstrações contábeis completas de cada um dos acordos, acompanhadas de relatório do auditor independente.
- D** devem, para fins de conciliação bancária, disponibilizar livre acesso a todos os seus depósitos realizados em instituições bancárias no Brasil e no exterior.
- E** devem desprezar a apuração de eventuais rendimentos ou prejuízos decorrentes de variação cambial, ao longo da vigência de cada um dos acordos.

QUESTÃO 56

A conta única, implantada em setembro de 1988, representou uma mudança radical no controle de caixa do Tesouro Nacional, em virtude da racionalização na movimentação dos recursos financeiros no âmbito do governo federal. Com ela, os saldos bancários de todas as unidades gestoras *on-line* do SIAFI passaram a ser registrados e controlados pelo sistema, sem contas escriturais no Banco do Brasil. Assim, a conta única é uma conta mantida junto ao BACEN, destinada a acolher, em conformidade com o disposto no artigo 164 da Constituição Federal, as disponibilidades financeiras da União que se encontram à disposição das unidades gestoras *on-line*, nos limites financeiros previamente definidos.

Internet: <www.tesouro.fazenda.gov.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, assinale a opção correta quanto às formas de utilização da conta única.

- A** Os fundos de investimento financeiro privados a utilizam para honrar o resgate de cotas.
- B** As fundações públicas federais a utilizam para pagamentos a fornecedores.
- C** As organizações da sociedade civil de interesse público a utilizam para recebimento de suas receitas tributárias.
- D** As fundações privadas a utilizam para pagamento de pessoal.
- E** As sociedades de economia mista a utilizam como caixa para pagamento de tributos.

QUESTÃO 57

A operacionalização da conta única do Tesouro Nacional

- A** pode ser realizada por empresa controlada, integrante do conglomerado financeiro de agente financeiro não autorizado.
- B** deve ser realizada por instituição financeira não bancária ou por outros agentes financeiros autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.
- C** pode ser realizada pela STN para fazer movimentações financeiras diretamente, sem intermediários, por meio do sistema de pagamentos brasileiro.
- D** deve ser realizada por instituição financeira estrangeira ou por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda.
- E** deve ser realizada pelo Banco da Amazônia ou por outros agentes financeiros autorizados pelo BACEN.

QUESTÃO 58

Com relação às modalidades de aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional, assinale a opção correta.

- A** As aplicações financeiras em debêntures objetivam atribuir liquidez a esses títulos de crédito.
- B** As aplicações financeiras a prazo fixo de 360 dias devem ser realizadas com o objetivo de alongar os prazos dos compromissos.
- C** As aplicações financeiras a prazo fixo podem ser efetuadas pelas autarquias, fundos, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- D** As aplicações financeiras diárias, visam reduzir a liquidez da conta única.
- E** Somente podem ser aplicadas na modalidade de prazo fixo as disponibilidades financeiras decorrentes de arrecadação própria, com base na classificação efetuada pela SOF.

QUESTÃO 59

Com relação à auditoria externa nos projetos financiados com recursos do Banco Mundial, assinale a opção correta.

- A** A auditoria pode ser substituída pela emissão de um relatório de revisão limitada.
- B** A existência de auditoria interna pode suprir a necessidade de auditoria externa.
- C** A auditoria externa é obrigatória nos projetos financiados pelo Banco Mundial.
- D** Em projetos com mais de três anos de duração, a auditoria externa deve ser contratada no último mês do projeto, evitando-se despesas desnecessárias.
- E** Não são exigidas auditorias externas em projetos de interesse de países membros da OCDE.

QUESTÃO 60

O Banco Mundial pode exigir a inclusão de uma cláusula em editais e contratos financiados por empréstimos do banco, obrigando os licitantes a permitir a inspeção de todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, além de submeter essa documentação à auditoria

- A** interna dos mutuários.
- B** de profissionais designados pelo Banco Mundial.
- C** do BACEN.
- D** interna dos licitantes.
- E** da Receita Federal do Brasil.

QUESTÃO 61

O manual operacional dos projetos financiados pelo Banco Mundial tem como objetivo

- A** regulamentar a implementação das atividades do projeto.
- B** descrever as fraudes ocorridas durante o projeto.
- C** avaliar a estrutura de auditoria operacional durante o projeto.
- D** reduzir o risco operacional do Banco Mundial.
- E** resumir os pontos de destaque do mutuário.

QUESTÃO 62

Em um capítulo do manual operacional de projeto financiado com recursos do Banco Mundial, são detalhadas as articulações entre as diversas unidades envolvidas e os níveis deliberativos, decisórios, gerencial e operacional estruturados para a execução do projeto, além de pormenorizar o papel e identificar os executores e coexecutores do projeto e estabelecer as estratégias de ação, a abrangência e os benefícios e beneficiários do projeto. Assim, verifica-se que se esse capítulo do manual operacional trata

- A** do arranjo institucional.
- B** do modelo de auditoria do projeto.
- C** do modelo orçamentário do projeto.
- D** da execução financeira.
- E** do modelo financeiro.

QUESTÃO 63

No que se refere à estrutura dos projetos financiados pelo Banco Mundial, assinale a opção correta.

- A** A apresentação de objetivos específicos permite um maior detalhamento dos subcomponentes do projeto.
- B** Não é obrigatória a apresentação do objetivo geral nesses projetos.
- C** Os objetivos específicos podem ser definidos como alvos concretos a serem alcançados no âmbito do projeto.
- D** O objetivo geral deve ser vago e refutável, o que permite uma maior flexibilidade ao projeto.
- E** Os componentes têm a característica de explicitar a principal finalidade do projeto.

QUESTÃO 64

Os serviços de auditoria realizados nos projetos financiados pelo Banco Mundial

- A não devem avaliar os sistemas estabelecidos para produzir informações financeiras.
- B devem ser realizados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, emitidas pela Federação Internacional de Contadores.
- C devem seguir padrões de dependência financeira com os mutuários, com vistas a garantir a ausência de segregação de funções.
- D devem avaliar os demonstrativos informais, produzidos sem base em documentação suporte.
- E devem avaliar por amostragem os sistemas e mecanismos de controle externo aos projetos.

QUESTÃO 65

(...) contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineração, dando apoio à competitividade e ao crescimento econômico sustentável do país, assim como à modernização institucional dos setores, envolvendo áreas estratégicas do MME.

Brasil. Ministério das Minas e Energia. Manual operacional do projeto meta (com adaptações).

Com base no conteúdo e na estrutura de projetos, verifica-se que o texto acima trata

- A dos procedimentos de gestão financeira do projeto.
- B do objetivo geral do projeto.
- C de um subcomponente do projeto.
- D de um componente do projeto.
- E dos procedimentos de gestão do projeto.

QUESTÃO 66

Os registros contábeis de projetos financiados com recursos do Banco Mundial devem

- A ser realizados em sistema próprio do Banco Mundial, sem prejuízo dos registros no SIAFI.
- B ser realizados de forma global, apenas no final de cada exercício.
- C evidenciar apenas a contrapartida nacional do mutuário.
- D ser elaborados independentemente do registro contábil no SIAFI.
- E ser realizados com base no plano de contas próprio de cada projeto, aprovado pelo BACEN.

QUESTÃO 67

A previsão orçamentária de projetos financiados com recursos do Banco Mundial é elaborada

- A desconsiderando-se o contrato de empréstimo e o fluxo de pagamentos previstos.
- B com base em percentuais fixos de valores das liberações de recursos e no fluxo de pagamentos previstos.
- C com base nas informações constantes do plano de aquisições do projeto e do contrato de empréstimo, bem como no fluxo de pagamentos previstos.
- D após a utilização dos recursos pelo mutuário.
- E no momento de uma possível auditoria externa.

QUESTÃO 68

O relatório de monitoramento financeiro, obrigatório em projetos financiados pelo Banco Mundial,

- A é dispensado para projetos de duração superior a três anos.
- B deve ser elaborado e remetido a apreciação superior mensalmente.
- C deve obedecer ao padrão estabelecido pela SOF.
- D demonstra a evolução da execução financeira do projeto.
- E deve ser elaborado e enviado por meio do SIAFI.

QUESTÃO 69

Considere que, em um determinado projeto, o pagamento de despesas correntes a um credor seja realizado com recursos de contas de acordo de cooperação técnica. Nessa situação, o pagamento deve ser realizado

- A mediante qualquer modalidade de pagamento que permita maior agilidade no cumprimento da obrigação, podendo os executores do projeto abrir mão da identificação do credor, inclusive.
- B com cheque nominativo, transferência eletrônica disponível ou mediante outra modalidade de saque autorizada pelo BACEN, em que fiquem identificados sua destinação e o credor.
- C por meio de depósito em conta de terceiros, bastando que o credor apresente recibo.
- D com cheque não nominativo, permitindo a maior circulação do título de crédito.
- E em espécie, sem a necessidade de identificação do credor.

QUESTÃO 70

Em relação ao fluxo de fundos de projetos financiados pelo Banco Mundial, assinale a opção correta.

- A** É vedado o uso de conta designada à movimentação desses recursos.
- B** A STN deve realizar a movimentação dos recursos para a conta única do Tesouro Nacional.
- C** A STN encaminha a documentação suporte para que o Banco Mundial preencha todos os formulários necessários para nova solicitação de desembolso.
- D** O Banco Mundial deposita o recurso diretamente na conta do fornecedor do projeto.
- E** A unidade gestora administra os recursos de forma centralizada, com auxílio dos coexecutores do projeto.

QUESTÃO 71

Com relação aos fundamentos constitucionais da licitação, assinale a opção correta.

- A** Obras, serviços, compras e alienações devem ser contratados mediante processo de licitação pública, ressalvados os casos especificados em decreto ou ato infralegal.
- B** Quanto à licitação, a Constituição Federal de 1988 visa assegurar a isonomia, a manutenção das condições da proposta, a proporcionalidade das exigências habilitatórias e o pagamento das obrigações contraídas.
- C** O estatuto jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista deverá dispor sobre licitação de obras, serviços, compras e alienações. Em razão da personalidade jurídica de direito privado das referidas entidades, torna-se desnecessária a observação dos princípios da administração pública.
- D** A prestação de serviços públicos sob o regime de concessão ou permissão dispensa a realização da licitação.
- E** Compete privativamente à União legislar sobre normas específicas de licitação, sendo vedado aos municípios editar normas relacionadas a essa matéria.

QUESTÃO 72

Acerca do edital de licitação, assinale a opção correta.

- A** Considere que a administração pública necessite lançar edital de licitação para a compra de produtos que deverão ser entregues em até sessenta dias após a apresentação da proposta. Nessa situação, a fixação do critério de reajuste no edital pode ser dispensada.
- B** O licitante proponente que se insurgir tempestivamente contra determinada restrição habilitatória imposta pelo edital só poderá participar do processo licitatório após o trânsito em julgado da decisão pertinente à sua impugnação.
- C** Nas concorrências de âmbito internacional, a administração deve, durante todo o procedimento licitatório, se ater às normas e condições do instrumento convocatório, sendo incabível o ajuste do edital a eventual inovação trazida por diretrizes da política monetária.
- D** De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o edital de licitação deve indicar obrigatoriamente o seu objeto, em descrição sucinta e clara. Na hipótese de licitação para compra, essa obrigatoriedade não implica a necessidade de especificação da quantidade demandada.
- E** As sanções para o caso de inadimplemento do licitante devem ser previstas no edital. No entanto, no caso de pregão eletrônico, as sanções devem ser determinadas no próprio termo de referência.

QUESTÃO 73

A respeito das modalidades de licitação, assinale a opção correta.

- A** Considere que a administração pretenda realizar licitação na modalidade convite para adquirir objeto idêntico a convite anterior e que existam na praça mais de três possíveis interessados. Nessa situação, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.
- B** A concorrência é a modalidade de licitação restrita para compras ou alienações de bens imóveis estimadas em valores de grande vulto econômico.
- C** A tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento até o último dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- D** Concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, de valor prefixado no edital e no regulamento, os quais devem corresponder ao custo do serviço suportado pelo autor.
- E** Leilão é a modalidade de licitação utilizada para venda de bens móveis ou imóveis inservíveis para a administração, de produtos legalmente apreendidos ou penhorados ou para a alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento.

QUESTÃO 74

Um órgão da administração pública federal pretende realizar licitação para a execução indireta de obra, mediante a contratação de terceiro que execute o trabalho por preço certo de unidades determinadas.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da licitação para a execução de obras.

- A** As licitações para a execução de obras devem obedecer à seguinte sequência: projeto básico, projeto executivo e execução das obras e serviços. A execução de cada etapa deverá ser sempre precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.
- B** A administração deverá programar a execução da obra integralmente, salvo se for obrigada a executá-la parceladamente, por motivos de ordem técnica ou por insuficiência de recursos financeiros, justificados em despacho do executor da obra.
- C** O autor do projeto executivo poderá participar da obra como consultor ou técnico de fiscalização, exclusivamente a serviço da administração interessada.
- D** Em todos os projetos básicos e projetos executivos deve constar o licenciamento ambiental para a execução da obra.
- E** A execução indireta da referida obra diz respeito ao regime de tarefa.

QUESTÃO 75

Em cada uma das opções abaixo é apresentada uma situação hipotética a respeito de licitação dispensável, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A** A União, por intermédio de determinado ministério, pretende realizar contratação de fundação brasileira, sem fins lucrativos, de inquestionável reputação ético-profissional, incumbida estatutariamente da pesquisa e do ensino, para a organização e realização de concurso público destinado ao provimento dos cargos públicos vagos no referido ministério. Nessa situação, a licitação não é dispensável.
- B** A administração pública pretende celebrar contratação em que há transferência de tecnologia de produtos estratégicos, devidamente elencados em ato da direção nacional do Sistema Único de Saúde, para o referido sistema. Nesse caso, a licitação é dispensável.
- C** Devido a um incêndio, há urgência na aquisição, pela administração pública, de bens necessários ao atendimento da população envolvida, sob pena de comprometimento da segurança. Nessa situação, por se tratar de um caso subjetivo de emergência, a licitação é dispensável.
- D** Uma sociedade de economia mista pretende contratar obra inédita de engenharia, no valor correspondente a 20% do limite máximo previsto para a modalidade convite. Nesse caso, a licitação não é dispensável, pois o valor da obra excedeu o limite máximo autorizado pela Lei n.º 8.666/1993.
- E** A administração pública pretende realizar contratação para a locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, cujas necessidades de instalação e localização sejam propícias, e que tenha preço mais elevado que o valor de mercado, segundo avaliação prévia, por se tratar de imóvel de grande qualidade. Nesse caso, a licitação é dispensável.

QUESTÃO 76

Acerca da inexigibilidade de licitação, assinale a opção correta.

- A** É exigível a realização de licitação para a contratação de profissional do setor musical consagrado pela opinião pública e pela crítica especializada.
- B** O extrato contratual e o ato administrativo que autoriza a inexigibilidade de licitação devem ser publicados na imprensa oficial.
- C** As hipóteses de inexigibilidade previstas na Lei n.º 8.666/1993 são taxativas.
- D** De acordo com o TCU, nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade.
- E** Suponha que a administração pública pretenda realizar a contratação de serviço de consultoria técnica de publicidade e divulgação, de natureza singular, com empresa de notória especialização. Nessa situação, em razão da inviabilidade de competição, a licitação é inexigível.

QUESTÃO 77

Com relação aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A** Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo-lhes aplicado, de igual forma, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- B** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo de recurso para o Congresso Nacional, não é exequível contrato administrativo a que o TCU tenha negado registro.
- C** De acordo com o TCU, é indispensável a fixação dos limites de vigência dos contratos administrativos, de forma que o tempo não comprometa as condições originais da avença, não sendo cabível a devolução de prazo.
- D** De acordo com o TCU, é admissível, em princípio, nos contratos administrativos, a inclusão de cláusula que preveja multa ou indenização para o poder público, em caso de rescisão.
- E** Considera-se contrato administrativo o ajuste entre órgãos da administração pública, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.

QUESTÃO 78

Ainda a respeito de contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A** A administração pública responde subsidiariamente pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
- B** Caso a administração esteja em atraso por cem dias, quanto aos pagamentos por ela devidos, decorrentes de serviços já executados pelo particular contratado, poderá o contratado optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- C** Entre as cláusulas exorbitantes, há a prerrogativa de que a administração altere unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos, sem prévia concordância do contratado.
- D** Considere que a administração tenha celebrado contrato verbal para a realização de compra de valor equivalente a 3% do valor máximo para a modalidade convite, em regime de adiantamento. Nessa situação, é nulo e de nenhum efeito o contrato, por não ter sido formalizado em instrumento escrito.
- E** Na celebração de contrato administrativo relativo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, a duração do contrato ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

QUESTÃO 79

Assinale a opção correta relativa à abertura de propostas, avaliação e outorga de contrato na licitação pública internacional, segundo as orientações constantes nas diretrizes para aquisições de bens, obras e serviços técnicos financiados por empréstimos do BIRD e créditos e doações da AID, pelos mutuários do Banco Mundial.

- A** Será desconsiderada a proposta que não for substancialmente compatível, ou seja, que contenha desvios materiais ou restrições aos termos, condições e especificações dos editais de licitação. Nesse caso, o mutuário, após a abertura das propostas, deverá convidar o licitante a corrigir os desvios materiais ou a retirar as restrições.
- B** O objetivo da avaliação é determinar o custo de cada uma das propostas para o mutuário, de forma a permitir a comparação com base nos seus preços avaliados. Será selecionada, para fins de outorga, a proposta de menor preço avaliado, mas não necessariamente o preço mais baixo oferecido.
- C** Nos contratos de obras e do tipo empreitada integral, os empreiteiros devem se responsabilizar parcialmente pelas taxas, impostos e outros encargos. Nesse caso, os licitantes devem considerar esses gastos na elaboração de suas propostas e durante a avaliação.
- D** O mutuário outorgará o contrato, durante o prazo de validade das propostas, ao licitante que atender aos padrões apropriados de capacidade e recursos, cuja oferta tenha sido considerada substancialmente adequada aos termos do edital de licitação ou que, alternativamente, ofereça o menor preço avaliado.
- E** O momento da abertura das propostas coincidirá com o final do prazo para sua entrega ou será imediatamente posterior e deverá ser anunciado no aviso de licitação. O mutuário abrirá todas as propostas recebidas dentro do prazo, desde que recebidas, no mínimo, três propostas.

QUESTÃO 80

Conforme as orientações constantes nas diretrizes para seleção e contratação de consultores financiados por empréstimos do BIRD e créditos e doações da AID pelos mutuários do Banco Mundial, assinale a opção correta a respeito da seleção embasada na qualidade e no custo (SBQC).

- A** A avaliação das propostas será realizada em duas etapas: o custo e, em seguida, a qualidade.
- B** A empresa que obtiver a maior pontuação total será convidada para negociações. Caso essas fracassem, o mutuário deverá comunicar ao consultor em questão, por escrito, todas as pendências e discordâncias e oferecer a ele uma última oportunidade para responder por escrito.
- C** A SBQC adota um processo de seleção entre as empresas da lista curta de consultores elaborada pelo Banco Mundial, que, assim, considera a qualidade da proposta e o custo dos serviços na escolha da empresa.
- D** As etapas do processo de seleção da SBQC incluem a elaboração do termo de referência, que deverá ser preparado com o maior detalhamento possível.
- E** O prazo para a elaboração das propostas pelos consultores dependerá da efetivação do serviço, mas não será superior a quatro meses.

QUESTÃO 81

Conforme as orientações constantes nas diretrizes para seleção e contratação de consultores financiados por empréstimos do BIRD e créditos e doações da AID pelos mutuários do Banco Mundial, assinale a opção correta a respeito dos métodos distintos da SBQC.

- A** A seleção de tipos especiais de consultores abrange a seleção de agências das Nações Unidas, que, como regra, receberão tratamento preferenciado no processo de seleção.
- B** A SBQC pode ser adotada para pequenos serviços ou para situações de emergência declaradas pelo mutuário e reconhecidas pelo Banco Mundial.
- C** A seleção com orçamento fixo é apropriada para serviços simples e complexos, desde que tenham definição precisa e orçamento fixo.
- D** A seleção pelo menor custo é, de modo geral, apropriada para a seleção de consultores para serviços de natureza padronizada ou rotineira, para os quais já existem práticas e padrões bem estabelecidos.
- E** A contratação direta de consultores é possível quando esta representar uma clara vantagem em relação ao processo competitivo. No entanto, nessa hipótese, o mutuário é obrigado a emitir uma solicitação de propostas.

QUESTÃO 82

A respeito da modalidade de licitação denominada pregão, assinale a opção correta.

- A** Na fase preparatória do pregão, a autoridade competente designará a comissão de licitação, cuja atribuição inclui, entre outras, o recebimento das propostas e a análise de sua aceitabilidade.
- B** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. O acolhimento de recurso importará na invalidação de todos os atos anteriormente praticados.
- C** O pregão é a modalidade de licitação utilizada para a aquisição de bens e de serviços, qualquer que seja o valor estimado do objeto a ser licitado.
- D** De acordo com o TCU, a utilização do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia é amparado pela Lei n.º 10.520/2002.
- E** O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo técnica e preço, deve ser realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita a distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela Internet.

QUESTÃO 83

Com relação a convênios e instrumentos congêneres, assinale a opção correta.

- A** Considere que o Ministério de Minas e Energia pretenda celebrar contrato com órgão da administração direta estadual, com transferência de R\$ 200.000,00, que será empregado na realização de obra de engenharia de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. Nessa situação, é correto afirmar que o convênio é o instrumento adequado a ser celebrado.
- B** A celebração de convênio com entidade privada sem fins lucrativos não poderá ser precedida de chamamento público, a critério do órgão ou entidade concedente.
- C** Considere que o Ministério de Minas e Energia pretenda transferir determinado crédito para o Ministério da Justiça. Nessa situação, o termo de cooperação é o instrumento adequado a ser celebrado.
- D** Contrato de repasse é o instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros ocorre por intermédio de instituição ou agente financeiro público estadual, que atua como mandatário da União.
- E** As disposições da Lei n.º 8.666/1993 aplicam-se integralmente aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da administração pública.

QUESTÃO 84

Considerando as sanções administrativas e a tutela judicial, disciplinadas na Lei n.º 8.666/1993, assinale a opção correta.

- A** Considere que um empregado público tenha perturbado a realização da fase de habilitação de um procedimento licitatório, crime punido com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa. Nessa situação, o referido crime é de ação penal pública condicionada.
- B** Considere que servidor ocupante de cargo em comissão de determinado ministério tenha deixado de observar as formalidades pertinentes à dispensa de licitação. Nessa situação, a pena imposta deverá ser aquela prevista se o servidor não fosse ocupante de cargo em comissão, acrescida da terça parte.
- C** Considere que um servidor público tenha tentado fraudar, mediante combinação, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação. Nessa situação, por ser apenas uma tentativa de crime, o autor não estará sujeito à perda do cargo público.
- D** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Nesse caso, a administração estará impedida de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as outras sanções previstas na citada lei.
- E** Pela inexecução total do contrato, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, como sanção ao contratado, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública por tempo indeterminado.

QUESTÃO 85

De acordo com a interpretação conferida pelo TCU, assinale a opção correta a respeito de licitação pública.

- A** Em licitações referentes a compras, é possível a indicação de marca, desde que estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção. Tal possibilidade, contudo, não se aplica às licitações concernentes a compras de *softwares*.
- B** É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, assim como de pessoalidade e habitualidade.
- C** Para fins de qualificação econômico-financeira, a administração pode exigir dos licitantes, de forma cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo e garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.
- D** Para efeito de habilitação em licitação, é obrigatória a inscrição prévia no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- E** No edital de licitação, é obrigatória a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos, ainda que esses custos não sejam necessários antes da celebração do contrato.

QUESTÃO 86

O Poder Executivo incluiu na proposta de lei orçamentária anual um dispositivo acerca do divórcio de casais, estabelecendo que a ação judicial correspondente não pode ser impetrada no mesmo ano de realização do casamento.

Nessa situação hipotética, a regra mencionada estaria em desacordo com o princípio da

- A legalidade.
- B exclusividade.
- C universalidade.
- D anualidade.
- E unidade.

QUESTÃO 87

O presidente da República faleceu no terceiro ano de seu mandato e, conseqüentemente, o vice-presidente assumiu o cargo em seu lugar.

Nessa situação hipotética, a vigência do plano plurianual que estará em vigor durante a gestão do novo presidente deverá ser

- A do primeiro ano do mandato do novo presidente até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- B do segundo ano do mandato do presidente falecido até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- C do primeiro ano do mandato do presidente falecido até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- D do segundo ano do mandato do novo presidente até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- E do segundo ano do mandato do novo presidente até o final de seu mandato presidencial.

QUESTÃO 88

Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a opção correta.

- A A LDO deve incluir, em anexo, parâmetros para que as agências financeiras oficiais de fomento estabeleçam suas próprias políticas de aplicação.
- B A admissão e a contratação de novos funcionários estão sujeitas à inclusão na LDO, embora a concessão de vantagens ou o aumento de remuneração não estejam submetidos a sua autorização expressa e específica.
- C Alterações na legislação tributária podem ser aprovadas, ainda que não constem na LDO correspondente.
- D Em casos excepcionais de calamidade pública regularmente reconhecida, a proposta de LDO poderá ser apresentada pelo Senado Federal.
- E A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo-se as despesas correntes para o exercício financeiro subsequente.

QUESTÃO 89

A classificação de uma despesa consignada no orçamento como reserva de contingência é denominada classificação

- A por grupo de natureza de despesa.
- B institucional.
- C por fonte de receita.
- D por categoria econômica.
- E funcional.

QUESTÃO 90

O Poder Executivo verificou, em determinado mês, que a realização da receita pode não ser suficiente para o cumprimento das metas fiscais.

Nesse caso,

- A as despesas que constituírem obrigações constitucionais e legais do ente serão objeto de limitação especial, com percentuais e prazos menores que os demais.
- B as despesas de capital relacionadas a obras em andamento que sejam consideradas estratégicas não serão objeto de limitação.
- C as dotações serão recompostas, no caso de restabelecimento da receita prevista, de acordo com os critérios estabelecidos pela Junta de Execução Orçamentária.
- D os órgãos setoriais de orçamento poderão solicitar a flexibilização dos limites orçamentários no decorrer do exercício para que sejam atendidas as suas programações.
- E o Poder Executivo deve promover imediatamente a limitação de empenho de todos os órgãos e fundos da administração pública.

QUESTÃO 91

A conformidade contábil do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) é definida como a conformidade utilizada

- A na confirmação da existência de documentação hábil, para comprovar as transações orçamentárias, financeiras e patrimoniais contabilizadas.
- B para fins de conhecimento da relação dos documentos emitidos no dia, a ser efetuada pelas próprias unidades gestoras.
- C na confirmação mensal dos demonstrativos gerados a partir dos documentos emitidos diariamente.
- D pelos titulares de unidades gestoras ou por operadores por eles indicados, com a finalidade da confirmação mensal de todos os operadores autorizados.
- E sobre os índices contábeis, para verificar sua compatibilidade com os lançamentos efetuados no mês.

QUESTÃO 92

Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, uma vez apresentados ao Congresso Nacional, serão apreciados na forma do regimento comum. Acerca das alterações que podem ser feitas nesses projetos de lei, assinale a opção correta.

- A** As emendas devem indicar os recursos necessários à sua aprovação, admitidos os recursos provenientes de anulação de despesas ou criação de novas receitas.
- B** A compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias é suficiente para determinada emenda ser considerada passível de aprovação.
- C** Para a aprovação de emendas, é vedada a anulação de despesas que incidam sobre transferências de convênios já em andamento.
- D** Não há restrição para a aprovação de emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto dos projetos de lei.
- E** As emendas serão apresentadas no plenário das duas casas do Congresso Nacional e apreciadas, na forma regimental, pela Comissão Mista de Orçamento.

QUESTÃO 93

Em determinado ano, o Poder Executivo abriu crédito adicional, no mês de novembro, com a indicação de recursos exigida pela legislação nesse caso. Os recursos desse crédito adicional não foram integralmente utilizados até o final do exercício, sendo esse crédito reaberto no limite de seu saldo no exercício seguinte.

Nesse caso, a denominação correta para esse crédito adicional é crédito

- A** extraordinário.
- B** orçamentário.
- C** suplementar.
- D** especial.
- E** financeiro.

QUESTÃO 94

Acerca dos diferentes estágios da receita pública, assinale a opção correta.

- A** O lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da receita, calcula o montante devido e identifica o sujeito passivo, mas não constitui o crédito tributário.
- B** É vedado o lançamento feito exclusivamente por meio de informações prestadas pelo próprio contribuinte da obrigação, ainda que posteriormente seja homologado por autoridade administrativa.
- C** O superávit financeiro deve ser incluído no cômputo das receitas efetivamente arrecadadas, em razão do princípio de equilíbrio da execução de receitas e despesas públicas.
- D** O recolhimento é constituído pelos pagamentos realizados diretamente pelos contribuintes às repartições fiscais ou à rede bancária credenciada para receber receitas públicas.
- E** As previsões de receitas devem ser obrigatoriamente acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois anos seguintes àquele a que se referirem.

QUESTÃO 95

Certa empresa ocupou um imóvel de propriedade de um órgão público federal mediante termo de cessão que determinava o pagamento mensal de uma taxa de ocupação. A referida taxa, no entanto, não foi paga por mais de seis meses e foram esgotados todos os meios de cobrança amigável do crédito correspondente à taxa de ocupação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Uma vez inscrito na dívida ativa, o crédito é considerado líquido, certo e exigível.
- B** A inscrição na dívida ativa não tem consequências patrimoniais, até que o crédito seja pago.
- C** As multas ou juros de mora referentes ao crédito devem ser cobrados em procedimento separado.
- D** Compete somente à Procuradoria da Fazenda Pública a inscrição do crédito na dívida ativa da União.
- E** O crédito deve ser inscrito na dívida ativa tributária.

QUESTÃO 96

Em relação à categoria econômica, as despesas públicas classificam-se em despesas correntes e despesas de capital, as quais se dividem em vários grupos de natureza de despesa. É correto utilizar o grupo denominado inversões financeiras nas dotações

- A para aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- B destinadas ao investimento de outras pessoas jurídicas de direito público.
- C destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados.
- D para despesas às quais não corresponda contraprestação direta de bens ou serviços.
- E destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização.

QUESTÃO 97

Um ministério assinou contrato com instituição privada no exterior para fornecimento de certo bem, mas até o final do exercício financeiro, o referido bem não foi fornecido.

Nesse caso,

- A os restos a pagar decorrentes dessa despesa serão anulados em trinta de junho do exercício seguinte.
- B o empenho realizado na ocasião da assinatura do contrato terá que ser cancelado.
- C a despesa deve ser inscrita em restos a pagar processados.
- D a inscrição em restos a pagar será automática no encerramento do exercício financeiro.
- E a despesa poderá ser paga, ainda que os restos a pagar sejam cancelados.

QUESTÃO 98

Considerando que X2 representa o ano subsequente ao ano X1, assinale a opção correspondente a despesa que pode ser corretamente contabilizada como despesas de exercícios anteriores ao exercício do ano X2.

- A salário-família de filho de servidor nascido em X1, com o requerimento do benefício apresentado em X2
- B diferença de remuneração referente aos meses de X2 paga a servidor que foi promovido no exercício de X1
- C suprimento de fundos realizado em X1, mas com devolução de saldo não utilizado e prestação de contas efetuada em X2
- D parcela de um contrato assinado em X1, referente ao ano X2, para realização de obra em vários exercícios
- E compra de equipamento cujo empenho realizado em X1 foi considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício e sem implemento de condição

QUESTÃO 99

Assinale a opção correspondente a exemplo de dívida fundada.

- A dívida de natureza extraorçamentária, realizada para atender a insuficiência de caixa
- B empréstimo com carência de dezoito meses, para financiamento de obras públicas
- C restos a pagar sobre determinado equipamento hospitalar adquirido
- D juros correspondentes ao refinanciamento de parcelas da dívida fundada
- E caução apresentada em licitação pública em decorrência de disposição de edital

QUESTÃO 100

Acerca da concessão de suprimentos de fundos nos órgãos públicos, assinale a opção correta.

- A O suprimento de fundos pode ser concedido para pagamento de prestações de empréstimo no exterior, quando o servidor estiver em viagem.
- B A despesa realizada com suprimento de fundos só será contabilizada quando a prestação de contas for apresentada nos termos regulamentares.
- C As despesas com suprimento de fundos serão efetivadas por meio do cartão de pagamento do governo federal.
- D Em nenhuma hipótese será concedido suprimento de fundos a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir.
- E A abertura de conta bancária destinada à movimentação de suprimentos de fundos depende de autorização do ministro de Estado competente.